

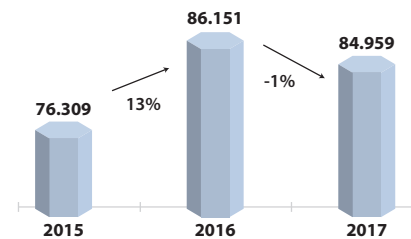
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao ano de 2017. **Mercado e RenauxView:** Nos anos de 2015 e 2016 houve uma grande deterioração da atividade econômica no país, e conforme já se sabe o PIB do país recuou 3,6% apenas em 2016, reflexo da maior recessão já vivida pelo país. O consumo das famílias diminuiu 4,2%, refletindo diretamente na cadeia têxtil, uma das que sofre reflexo mais imediato quando as famílias precisam "apertar o cinto" no consumo. No ano de 2017 percebiam-se alguns movimentos que indicavam uma reação do mercado, mas ela ainda não veio. A Renauxview continuou buscando soluções internas, adequando a capacidade produtiva à real demanda, focando na inovação e diferenciação, e trabalhando fortemente na gestão dos gastos, condições que fazem com que a Companhia continue existindo num cenário no qual muitos concorrentes estão sucumbindo. O resultado da operação foi muito semelhante ao ano de 2016, como veremos a seguir.

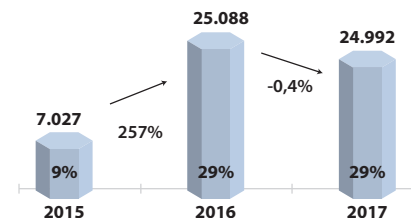
Desempenho Econômico Financeiro:**Descrição da Conta**

	Consolidado		
	2017	2016	2015
Receita Operacional Líquida	84.949	86.151	76.309
Custo dos Produtos Vendidos	(59.967)	(61.063)	(69.282)
Resultado Bruto	24.982	25.088	7.027
Margem Bruta	29%	29%	9%
(Despesas) Receitas Operacionais	145.807	(23.659)	(20.078)
Com vendas	(11.266)	(11.445)	(12.857)
Gerais e administrativas	(11.658)	(11.890)	(10.605)
Outras receitas operacionais	15	188	3.623
Renegociação dívida	194.020	-	-
Outras despesas operacionais	(19)	(512)	(239)
Efeitos Líquidos PERT	(25.285)	-	-
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	170.789	1.429	(13.051)
Resultado Financeiro Líquido	(73.942)	(85.994)	(135.689)
Receitas financeiras	576	1.837	1.266
Despesas financeiras	(74.518)	(87.831)	(136.955)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	96.847	(84.565)	(148.740)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(130)	(165)	(278)
Corrente	-	-	-
Diferido	(130)	(165)	(278)
Resultado Líquido do Exercício	96.717	(84.730)	(149.018)

Receita Líquida: Em 2017 a Receita Líquida totalizou R\$ 85 milhões, inferior em 1 pp aos R\$ 86 milhões de 2016. Deste montante, 98% foram provenientes de vendas destinadas ao mercado interno, concentradas nas regiões Sul e Sudeste.

Receita Líquida

Margem Bruta: Os ajustes na capacidade produtiva iniciados no ano de 2015 trouxeram resultados no decorrer do ano de 2016 e permaneceram no ano de 2017. A margem bruta se manteve estável em 29%, apesar da leve redução de receita.

Resultado Bruto

Resultado do Exercício: Dois fatores influenciaram fortemente o resultado da Companhia no ano de 2017, quais sejam: i) a renegociação da dívida com a D&D Administradora de Bens Ltda. (nota explicativa nº 20) e ii) adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária, instituído pela Lei 13.496/2017 (nota explicativa nº 28). O impacto na redução do Passivo a Descoberto foi relevante, além dos efeitos de maior prazo, como a redução da geração de despesas financeiras mensais e alongamento das dívidas. Estes dois fatores somados geraram receita de R\$ 168 milhões, além de compensação tributária de R\$ 64 milhões. **Perspectivas:** Quando pensamos no futuro e avaliamos os desafios e oportunidades que teremos para nossa Companhia, não pensamos no curto prazo. A Companhia ainda tem um passivo bastante relevante para sanar, e está inserida num mercado turbulento e incerto, que pode ser fortemente impactado por questões cambiais e mercadológicas de modo geral. Acreditamos que o ano de 2018 será de retomada da atividade econômica do país, e também nossa. Independente dos desafios do curto prazo, a Empresa reforça a capacidade de crescimento e geração de valor de nosso negócio pautada na diferenciação, combinado com um modelo de gestão inovador e flexível, que se adapta rapidamente às necessidades do mercado e busca incessantemente soluções para seus clientes.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em Milhares de Reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante		49.065	50.395	48.783	50.130	Circulante		332.507	562.083	332.520	562.096
Caixa e equivalentes de caixa	5	22	144	88	338	Obrigações sociais e trabalhistas	15	23.387	38.089	23.398	38.099
Contas a receber de clientes	6	19.110	17.211	19.110	17.211	Fornecedores		4.477	7.352	4.477	7.352
Estoques	7	27.774	28.300	27.774	28.300	Parcelamento CELESC		53.824	42.129	53.824	42.129
Tributos a recuperar	8.a	343	399	343	416	Obrigações fiscais	16	63.057	54.567	63.059	54.570
Adiantamento a fornecedores		24	6	23	6	Empréstimos e financiamentos	17	35.433	283.624	35.433	283.624
Outras contas a receber		1.518	3.974	1.171	3.498	Debêntures	18	37.461	18.238	37.461	18.238
Despesas do exercício seguinte		274	361	274	361	Obrigações com pessoas ligadas	20	5.220	2.009	5.220	2.009
Não Circulante		128.610	133.135	129.311	133.816	Obrigações com partes não relacionadas		913	895	913	895
Realizável a Longo Prazo		6.635	9.830	5.932	8.984	Comissões e royalties a pagar		895	837	895	837
Contas a receber		-	2.613	-	2.613	Outras contas e encargos a pagar		4.123	486	4.123	486
Depósitos judiciais	9.a	464	408	491	434	Provisões fiscais	19	103.717	113.857	103.717	113.857
Créditos com controladas		730	872	-	-	Não Circulante		148.665	86.256	149.071	86.659
Tributos a recuperar	8.b	1.541	2.017	1.541	2.017	Obrigações com pessoas ligadas	20	109.400	21.454	109.400	21.454
Ativos não operacionais	11	3.900	3.920	3.900	3.920	Parcelamento CELESC		1.507	10.550	1.507	10.550
Investimentos	12	645	522	-	-	ICMS parcelado		-	-	-	-
Imobilizado	13	118.850	120.493	120.899	122.542	Tributos federais		35.034	50.651	35.037	50.651
Intangível	14	2.480	2.290	2.480	2.290	Obrigações com partes não relacionadas		2.588	3.505	2.588	3.505
Total do Ativo		177.675	183.530	178.094	183.946	Depósitos judiciais	9.b	136	96	136	96
						Tributos diferidos	10	-	-	403	403
						Passivo a Descoberto	21	(303.497)	(464.809)	(303.497)	(464.809)
						Capital social	21.a	8.186	8.186	8.186	8.186
						Reservas de capital	21.b	9.983	9.983	9.983	9.983
						Reservas de lucros		571	571	571	571
						Reserva de reavaliação		799	799	799	799
						Ajuste de avaliação patrimonial		1.561	1.740	1.561	1.740
						Prejuízos acumulados		(324.597)	(486.088)	(324.597)	(486.088)
						Total do Passivo e Passivo a Descoberto		177.675	183.530	178.094	183.946

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 - (Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	96.717	(84.730)	96.717	(84.730)
Efeitos tributários sobre ajuste de avaliação patrimonial do Imobilizado	92	144	92	144
Resultado Abrangente do Exercício	96.809	(84.586)	96.809	(84.586)

1. Contexto Operacional: A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas operações são negociadas na Bovespa sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras:** **a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão. **b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras:** A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 20 de março de 2018. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota 19 - Provisão para contingências; Nota 26 - Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros. **3. Sumário das Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento corresponde a 99,99% (99,99% - 2016). As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada; • Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e • Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas. **b) Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado. **c) Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos

contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: **i) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **d) Caixa e equivalentes de caixa: i) Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor. **ii) Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa. **e) Contas a receber de clientes:** São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente. **f) Estoques:** Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques. **g) Imobilizado: i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado. **ii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do

imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. **iii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostor por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **h) Ativo intangível: i) Reconhecimento e mensuração:** A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **ii) Amortização:** Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **iii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **i) Redução ao valor recuperável (Impairment): i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **ii) Ativos não financeiros:** Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **j) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **k) Receita operacional - venda de produtos:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que

for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. **l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado. **m) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais: As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. **4. Normas, Interpretações e Revisões de Normas não Vigentes para o Ano de 2017:** A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB: a) Normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2018: - IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 - introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros. - IFRS 15, "Receitas de contratos com clientes", emitido em maio de 2014 - têm como objetivo estabelecer os princípios que uma Companhia deve aplicar para relatar informações correspondentes à natureza, quantidade, tempo e estimativas da receita e fluxos de caixas decorrentes de um contrato com cliente. b) Norma aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019: - IFRS 16, "Arrendamento", emitido em janeiro de 2016. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A Companhia fez uma avaliação preliminar e não espera impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da aplicação das novas normas. Eventuais impactos, embora não esperados, deverão ser tratados prospectivamente na abordagem de transição.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	7	12	7	12
Bancos conta movimento	10	60	76	254
Aplicações financeiras	5	72	5	72
Total	22	144	88	338

6. Contas a Receber de Clientes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Clientes	28.548	27.152	(9.238)	(9.593)
(-) Provisão para perdas	(200)	(348)		
(-) Ajuste a valor presente				
Total	19.110	17.211		

7. Estoques: a) Controladora e Consolidado:

	2017	2016
Produtos acabados	11.483	12.246
Produtos em elaboração	7.978	6.830
Materiais diretos	4.105	4.710
Materiais de consumo	2.738	4.144
Importação em andamento	1.470	370
Total	27.774	28.300

A administração da Companhia não tem expectativa de perdas sobre os saldos finais de estoques. As perdas esperadas já foram reconhecidas no resultado do exercício.

8. Tributos a Recuperar: a) Circulante:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IPI	10	14	10	14
ICMS	188	254	188	254
PIS/COFINS	145	131	145	131
IRPJ/CSLL	-	-	-	17
Total	343	399	343	416

b) Não circulante - Controladora e Consolidado:

	2017	2016
COFINS (multa)	549	775
PIS/COFINS	750	859
ICMS	242	383
Total	1.541	2.017

9. Depósitos Judiciais:

a) Ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Marinha Mercante	295	295	295	295
Processos trabalhistas	136	95	136	95
IRPJ	-	-	26	26
Outros	33	18	34	18
Total	464	408	491	434

b) Passivo não circulante - Controladora e Consolidado

	2017	2016
Processos trabalhistas	136	96
Total	136	96

10. Tributos Diferidos: A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2017, a situação na Controladora era a seguinte:

	2017	2016
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	591	659
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	213	237
Subtotal	804	896

b) Tributos diferidos Passivos

Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(591)	(659)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(213)	(237)
Subtotal	(804)	(896)

Líquido de Realização

Em 2017 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de (R\$ 92) referente à despesa com tributos diferidos

Terrenos	54.027				
Imóveis	33.036				
Máquinas de grande porte	74.134				
Veículos	1.038				
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.548				
Outras imobilizações	2.074				
Imobilizado em andamento	360				
Total	174.217				

13.1. Movimentação do custo corrigido - Controladora

	Transfe-				
	2016	Adições	Baixas	rências	2017
Terrenos	52.005	-	-	2.022	54.027
Imóveis	32.380	23	-	633	33.036
Máquinas de grande porte	74.222	52	(434)	294	74.134
Veículos	1.001	-	-	37	1.038
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	9.453	101	(81)	75	9.548
Outras imobilizações	1.948	175	(49)	-	2.074
Imobilizado em andamento	387	362	-	(389)	360
Total	171.396	713	(564)	2.672	174.217

em função da baixa por expectativa de realização. A Controladora também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 de dezembro de 2017, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	2017	2016
a) Tributos diferidos Ativos		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	591	659
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	213	237
Subtotal	804	896

b) Tributos diferidos Passivos

Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(887)	(955)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(320)	(344)
Subtotal	(1.207)	(1.299)

Líquido de Realização

11. Ativos não de Uso Próprio - Realizável a Longo Prazo:

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção e disponibilizados para venda. Em 31 de dezembro de 2017 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.900 mil (31/12/2016 - R\$ 3.920 mil).

12. Investimentos:

a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.:

	Quantidade Cotas Possuídas		Porcentagem de Participação		No Patrimônio Líquido		Participação no Resultado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
99.998	99.998	99,99	99,99	645	522	123	81	

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda.:

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	2017	2016	2017	2016
	1.079	1.349	-	-
Receitas			Despesas	
	2017	2016	2017	2016
	-	-	300	270

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade. **13. Imobilizado:** A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

13.2. Movimentação da depreciação acumulada - Controladora:

	Transfe-			
	2016	Adições	Baixas	rências
Imóveis	(811)	(770)	-	-
Máquinas de grande porte	(41.035)	(3.259)	433	-
Veículos	(637)	(77)	-	(18)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(7.100)	(665)	79	(21)
Outras imobilizações	(1.320)	(212)	46	-
Total	(50.903)	(4.983)	558	(39)

14. Intangível: a) Controladora e Consolidado:

	Depreciação			
	2017	2016	2017	2016
Custo				
Direitos de uso	1.749	(1.046)	703	527
Software em andamento	1.777	-	1.777	1.763
Total	3.526	(1.046)	2.480	2.290

14.1. Movimentação do custo corrigido - Controladora e Consolidado:

	2016 Adições		Baixas		2017	
Direitos de Uso	1.537	275	(63)	1.749		
Software em Andamento	1.763	23	(9)	1.777		
TOTAL	3.300	298	(72)	3.526		

14.2. Movimentação da amortização acumulada - Controladora e Consolidado:

	2016 Adições		Baixas		2017	
Direitos de Uso	(1.010)	(99)	63	(1.046)		
TOTAL	(1.010)	(99)	63	(1.046)		

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários	877	599	879	601
Provisão para férias	2.467	2.071	2.474	2.077
INSS e CPRB	8.552	17.973	8.554	17.975
INSS (em compensação MP 470)	8.265	7.864	8.265	7.864
FGTS	402	284	402	284
FGTS parcelado	173	423	173	423
Salário educação - FNDE	285	2.329	285	2.329
SESI	171	1.397	171	1.397
SEBRAE	68	559	68	559
SENAI	252	1.123	252	1.123
Parcelamento - Lei 11.941/09	1.838	3.441	1.838	3.441
Outros	37	26	37	26
Total	23.387	38.089	23.398	38.099

16. Obrigações Fiscais:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS	243	184	243	184
ICMS parcelamento	701	1.632	701	1.632
ICMS - PRODEC	33.493	31.799	33.493	31.799
IPTU	8.844	7.141	8.844	7.141
ISS retido	11	9	11	9
IRRF	1.035	2.673	1.035	2.673
PIS/COFINS (comp. MP 470)	7.287	6.932	7.289	6.935
PIS/COFINS/CSLL retidos	8	7	8	7
IRPJ/CSLL	-	1	-	1
Parcelamento - Lei 13.496/17	10.662	-	10.662	-
Parcelamento - Lei 11.941/09	773	4.189	773	4.189
Total	63.057	54.567	63.059	54.570

17. Empréstimos e Financiamentos - Controladora e Consolidado:

	2017		2016	
Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	17.591	16.384		
Financiamento vencido em 25/07/2010.				
Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	17.591	16.384		
Banco Daycoval	6.954	7.572		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55% a.m.	6.954	7.572		
Banco Sofisa	6.000	6.000		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,55% a.m.	6.000	6.000		
REDASSET FIDIC	1.355	-		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,45% a.m.	1.355	-		
Banco Safra	1.639	2.966		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,49% a.m.	1.639	2.966		
Sicoob	792	306		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50% a.m.	792	306		
PLATA FIDIC	848	-		
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,45% a.m.	848	-		
Welowo C.V.	-	250.267		
Crédito cedido com diversas taxas de juros pactuados	-	250.267		
Saldo negativo em contas correntes bancárias	254	129		
Total	35.433	283.624		

Legendas: CDI - Certificado Depósito Interbancário. Ver nota explicativa 20. **18. Debêntures:** Em 30 de setembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil. Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subs-

crição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Mobiliários - CVM concedeu o registro da operação. As características das debêntures são: Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00; Vencimento final: 1º de setembro de 2010; Atualização do valor nominal: base no IGP-M; Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue: Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão. Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão. Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão. Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão. Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão. Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005. Remuneração: 0,8355% ao mês. A remuneração das debêntures foi paga até o mês de junho de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas. Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 37.461 mil (31/12/2016 - R\$ 18.238 mil). A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença em sede de Embargos à Execução, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M, procedimento este ajustado no decorrer do exercício. Até 2016, utilizou-se 0,5% como taxa de juros mensais. **19. Provisões Fiscais e Contingências:** A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 103.717 mil (31/12/2016 - R\$ 113.857 mil). **19.1. Perda possível:** Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	2017	2016
Tributárias	31.944	31.944
Trabalhistas	1.897	1.509
Cíveis	211	299
Total	35.052	33.752

a) Tributárias: decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos. **b) Trabalhistas:** decorre de reclamatórias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas, supostamente pagas a menor pela Companhia. **c) Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido. **20. Obrigações com Pessoas Ligadas - Controladora e Consolidado:** Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não Circulante	2017	2016
Pessoas Físicas	2.412	2.009	-	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,5% a.m.	2.412	2.009	-	-
D&D Administradora de Bens Ltda.	2.808	-	109.400	21.454
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel.				
Vencimento final 31/12/2037	2.808	-	109.400	21.454
Total	5.220	2.009	109.400	21.454

No mês de abril a D&D Administradora de Bens Ltda. comunicou à Companhia que os créditos por ela adquiridos de terceiros e posteriormente cedidos, voltaram a ser de sua proprieda-

de, e no mês de agosto concluiu-se a renegociação destes créditos. Pelo acordo formalizado, as partes ajustaram uma redução no montante dos Créditos para um valor atual de R\$ 111.827.753,48, representando uma diminuição de passivos registrados pela Companhia no montante de R\$ 194.020.201,34, ou seja, 63%. O pagamento dos Créditos pela Companhia se dará da seguinte forma: (a) 50% do referido valor em 240 parcelas mensais e iguais, corrigidas pelo INPC, vencendo a primeira em dia 31 de janeiro de 2018; e, (b) os 50% restantes do valor em parcela única, corrigida pelo INPC, com vencimento ao final do pagamento das 240 parcelas citadas na letra anterior. As partes pactuaram que o adimplemento regular das 240 parcelas citadas na letra "a" acima implicará na dispensa de pagamento da parcela citada na letra "b" pela Companhia. **21. Passivo a Descoberto: a) Capital social:** O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentas e cinquenta e nove mil, duzentas e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentas e cinquenta e seis mil, seiscentas e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentas e dois mil, seiscentas e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal. **b) Reserva de Incentivos fiscais:** Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização. **22. Receita Operacional Líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita de Vendas e Serviços				
Vendas mercado interno	112.999	115.629	112.999	115.629
Vendas mercado externo	975	2.487	975	2.487
Serviços mercado interno	626	628	926	898

Receita Operacional Bruta **114.600 118.744 114.900 119.014**
 Deduções da receita bruta (29.914) (32.830) (29.951) (32.863)

Receita Operacional Líquida **84.686 85.914 84.949 86.151**

23. Custos, Despesas e Resultado Financeiro por Natureza

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza: **a) Custos e despesas - Controladora: 2017 2016**

Pessoal (salários, benefícios e encargos)	27.264	27.121
Matérias-primas e embalagens	17.105	17.737
Energia elétrica	8.963	9.060
Gastos gerais de fabricação	8.234	8.747
Comissões representantes	3.525	3.395
Fretes	1.108	990
Serviços de terceiros	5.026	5.130
Propaganda e promoção de vendas	546	424
Depreciação e amortizações	5.082	5.222
Outros custos e despesas	4.137	5.287
Total	80.990	83.113

Classificados como:

Custo dos produtos/serviços	59.967	61.063
Despesas com vendas	11.266	11.445
Gerais e administrativas	9.738	10.093
Outras despesas operacionais	19	512
Total	80.990	83.113

b) Resultado financeiro - Controladora: Controladora 2017 2016

	2017	2016
Receitas financeiras		
Juros recebidos	114	222
Variação cambial ativa	457	1.598
Outras receitas	5	17
Total da receita financeira	576	1.837
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(42.509)	(63.888)
Encargos sobre debêntures	(19.223)	(109)
Encargos sobre tributos	(9.625)	(20.073)
Encargos sobre demais contas	(2.711)	(2.563)
Variação cambial passiva	(315)	(931)
Outras despesas financeiras	(135)	(209)
Total da despesa financeira	(74.518)	(87.773)
Resultado financeiro líquido	(73.942)	(85.936)

24. Honorários da Administração: A Companhia é administrada por um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e uma Diretoria Executiva. No ano de 2017 as despesas com os administradores (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.818 mil (2016 - R\$ 1.720 mil). **25. Resultado por Ação:** O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Resultado do exercício atribuído aos acionistas da companhia	2017	2016
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	63.653	(55.754)
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	33.064	(28.976)
Total	96.717	(84.730)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.457
Total	4.259	4.259

Resultado básico e diluído por ação
 Ação preferencial 22,709 (19,893)
 Ação ordinária 22,709 (19,893)

26. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos Financeiros:

i) Gerenciamento de riscos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **• Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito. A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito. Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito. **• Exposição a riscos de créditos - Consolidado:** O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	88	338
Contas a receber de clientes	19.110	17.211
Contas a receber não circulante	-	2.613
Outras contas a receber	1.171	3.498
Total	20.369	23.660

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes. A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas "Com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Estimativa de perdas em clientes" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício. **• Garantias:** A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso. **• Risco de taxa de juros - Consolidado:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a

Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	2017	2016
Empréstimos e Financiamentos	35.433	283.624
Obrigações com Pessoas Ligadas	112.208	21.454
Total	147.641	305.078

• Risco de mercado: Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima. **• Risco de liquidez:** Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. **• Risco de taxa de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos. **• Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais. **ii) Instrumentos financeiros - valor justo consolidado:** O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2017		2016	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	88	88	338	338
Clientes e Outras				
Contas a Receber	20.281	20.281	23.322	23.322
Empréstimos e Financiamento	(35.433)	(35.433)	(283.624)	(283.624)
Fornecedores e Outras				
Contas a Pagar	(10.408)	(10.408)	(9.570)	(9.570)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(112.208)	(112.208)	(21.454)	(21.454)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:** Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados

pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. **• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:** São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas. **27. Equacionamento Financeiro:** No ano de 2017 a Companhia deu dois importantes passos no árdua caminhada do seu equacionamento financeiro. O primeiro deles foi a negociação da sua maior dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 20. O segundo foi adesão ao PERT, conforme detalhes descritos na Nota Explicativa nº 28. Os demais débitos ainda estão em negociação e a Companhia continua, como é habitual, em busca de negociações que possibilitem seu equacionamento, dentro das suas reduzidas possibilidades de caixa. **28. Adesão ao PERT:** No mês de agosto deste ano a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

	Estorno de Valor descontos de antes parcelamentos Valor		
	adesão	anteriores	adesão
Tipos de Tributos			
Demais Débitos RFB	84.789	23.501	61.288
Débitos Previdenciários RFB	30.655	7.709	22.946
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciários PGFN	17.031	-	17.031
Total	135.386	31.210	104.176

	Quitação				
	Pagamento em espécie		Descontos em multas		Parcelamento
	2017	2019	2018/ hono-rários	Com- BNCSSL/ PF	Parcela- mento 145 vezes
Tipos de Tributos					
Demais Débitos RFB	4.422	11.436	-	45.430	-
Débitos Previdenciários RFB	1.704	3.803	-	17.439	-
Demais Débitos PGFN	1.46	-	1.132	1.633	-
Débitos Previdenciários PGFN	3.406	-	4.793	-	8.832
Total	9.678	15.239	5.925	64.502	8.832

29. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **30. Declaração dos Diretores:** Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Brusque, 20 de março de 2018

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Armando Cesar Hess de Souza - Presidente **Heitor Rodolfo de Souza** - Conselheiro **Jair Pacheco** - Conselheiro

DIRETORIA

Armando Cesar Hess de Souza - Presidente **Marcio Luiz Bertoldi** - Diretor de Relações com Investidores **Contadora: Marta Castelli** - CRC SC 023.517/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL (Extraído da Ata de Reunião do Conselho Fiscal de 18 de março de 2018)

Por unanimidade de votos foram aprovadas as demonstrações financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas) referentes ao ano de 2017.

Srs. Conselheiros Fiscais:

André Urbainski **Cláudia Andonini Peluso** **Darci Debastiani** **Hélio da Silva** **Jaime Leite**

Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores da **TÊXTEL RENAUXVIEW S.A. Brusque - SC. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TÊXTEL RENAUXVIEW S/A (“**Companhia**”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Companhia** e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Continuidade operacional:** Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da **Companhia** continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras. Consideramos como principal assunto de auditoria devido a **Companhia** ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, apesar de vir obtendo sucessivos prejuízos até o exercício de 2016. No exercício de 2017, o lucro líquido apurado deve-se em função da renegociação de sua maior dívida, conforme detalhado na nota explicativa nº 20. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 303 milhões (R\$ 464 milhões em 2016). **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da **Companhia** incluíram, entre outros: • Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da **Companhia**; • Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da **Companhia**. Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela **Companhia** relacionada com esse assunto, presente na nota explicativa nº 27 que trata do “Equacionamento Financeiro”. Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito deste projeto ou de novos aportes de capital. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto. **Impairment dos ativos imobilizados:** Em 31 de dezembro de 2016, os ativos imobilizados apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 121 milhões de reais, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas “3.g) Imobilizado”, “3.i) ii) Ativos não financeiros” e “13 - Imobilizado” às demonstrações contábeis. Consideramos o **impairment** dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de subjetividade, que por sua vez consideramos premissas e taxas de descontos que são afetadas por con-

dições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. **Resposta da auditoria ao assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela **Companhia**. Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria. **Outros assuntos: Demonstração do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da **Companhia**, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da **Companhia**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016:** As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 09 de março de 2017, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia** e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **Companhia** e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distor-

ções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Companhia** e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Companhia** e sua controlada. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Companhia** e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 21 de março de 2018
NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC-SC 8.765/O-4

Ricardo Artur Spezia - Sócio Responsável
 CRC-SC 028.595/O-2

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
 CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch - Sócio
 CRC-SC 029.522/O-0